



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

Liderando do meio? Dimensionando a liderança das potências intermediárias nas organizações internacionais (1975-2017)

Leading from the middle? Gauging the leadership of middle powers in international organizations (1975-2017)

Liderando desde el medio? Dimensionando el liderazgo de las potencias intermedias zen las organizaciones internacionales (1975-2017)

10.21530/ci.v17n1.2022.1223

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

Felipe Lira Paiva*

Rafael Mesquita**

Resumo

As últimas décadas testemunharam a ascensão de novos atores intermediários no sistema internacional, como as potências regionais. Dentre as características atribuídas a elas, está a preferência por arenas multilaterais e a busca por proeminência nelas. Assim, convém investigar se a autoridade em tais instituições acompanhou a redistribuição de poder mundial. Este artigo busca responder a essa pergunta utilizando dados do *IO BIO Project* e do *Word Power Index* e estatística descritiva. Os dados indicam que o

* Mestrando e bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. (felipelirapaiva@gmail.com), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7878-4576>.

** Doutor em Ciência Política pelo PPGCP- Universidade Federal de Pernambuco. É professor adjunto no Departamento de Ciência Política da UFPE. (rafael.mslima@ufpe.br), ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6042-1606>.

Artigo submetido em 08/09/2021 e aprovado em 11/04/2022.





imediatos pós-Guerra Fria foi marcado por menor atuação dos intermediários nas instituições multilaterais, enquanto a crise financeira de 2008 inaugurou uma maior participação desse grupo.

Palavras-chave: Potências Intermediárias; Potências Regionais; Organizações Internacionais; Liderança.

Abstract

The last decades witnessed the rise of new intermediate powers, such as regional powers, in the international system. Preference for multilateral arenas and a search for primacy within them are characteristics associated with these states. Therefore, it is worthwhile to investigate if leadership in these institutions followed the redistribution of world power. This article aims to answer this question through datasets from the IO-BIO Project and the World Power Index, along with descriptive statistics. Results show that, while the early post-Cold War was marked by the low performance of intermediate powers, the post-2008 financial crisis witnessed an increase in their participation.

Keywords: Middle Powers; Regional Powers; International Organizations; Leadership.

Resumen

Las últimas décadas testificaron el ascenso de nuevas potencias intermedias en el sistema internacional, como las potencias regionales. La preferencia por arenas multilaterales y la búsqueda por prominencia en ellas son características atribuidas a esos actores. Por lo tanto, vale la pena investigar si la autoridad en tales instituciones ha acompañado la redistribución del poder mundial. Este artículo propone responder a esta pregunta utilizándose de datos del IO-BIO Project, del World Power Index y la estadística descriptiva. Los resultados indican que, mientras el inmediato Pos-Guerra Fría fue marcado por menor desempeño de los intermedios, la crisis financiera de 2008 inaugura mayor participación de ellos.

Palabras clave: Potencias Intermedias; Potencias Regionales; Organizaciones Internacionales; Liderazgo.





Introdução¹

As potências intermediárias aumentaram sua liderança nas Organizações Internacionais (OIs) após o fim da Guerra Fria? Parte da literatura enfatiza o papel das instituições multilaterais como arenas privilegiadas para as quais tais países canalizam seus esforços, tanto por permitirem maior influência diplomática, mesmo para países de capacidades modestas, quanto por viabilizarem uma ordem mais previsível e institucionalizada — resultado igualmente desejável para países sem superávits de poder. Quanto ao pós-Guerra Fria, a literatura assinala desenvolvimentos que poderiam desencadear tanto um maior protagonismo quanto um retraimento desses atores medianos na governança global.

Diante dessa ambiguidade, o objetivo desta pesquisa é descrever o número de potências intermediárias, tanto clássicas quanto emergentes, que ocuparam o cargo máximo de OIs entre 1975-2017, averiguando a proposição da literatura de se os intermediários aumentaram ou não seu protagonismo no pós-Guerra Fria. Os resultados sugerem que, ao invés de maximizarem sua liderança no pós-Guerra Fria, eles tenderam a perder espaço para as potências mundiais. Apenas nas últimas duas décadas vê-se um declínio das potências globais e uma retomada do protagonismo dos intermediários, com novas oscilações de 2010 em diante.

Este artigo dialoga frontalmente com Valente, Lopes e Oliveira (2019), que observaram qual país presidiu cada OI global entre 1945-2016 e, tendo em conta que o número de OIs cresceu de 6 (1945) para 37 (2016), propuseram um índice de concentração como forma de comparar os valores por ano. Os autores encontram alguns períodos de maior concentração de OIs em poucos países líderes (1945-1957, 1978-1997, 2010-2016) e outros de desconcentração (1958-1977, 1998-2009). Embora o presente artigo difira em recorte temporal e no agrupamento não-geográfico dos países, alguns resultados convergem. Por exemplo, o período de concentração de 2010-2016 é chamado, pelos autores, de “concentração desconcentrada”, pois, apesar do alto índice de concentração duplicar, é o período com mais países (8) liderando mais que 5% dos casos e, também, de destaque de países africanos e asiáticos — em especial, como apontaremos na seção de resultados, Quênia e China. Semelhantemente, os autores frisam a importância dos BRICS após a crise financeira de 2008 — aspecto corroborado por nossa comparação entre potências emergentes e *middle powers*.

¹ Os autores agradecem ao prof. Dawisson Belém Lopes por seus comentários, bem como aos pareceristas anônimos da Carta Internacional.





Este artigo está organizado da seguinte forma: a próxima seção discute como definir potências intermediárias teoricamente, a importância das OIs em sua política externa, e expectativas da literatura quanto à sua liderança nesses espaços. A seção subsequente lida com os aspectos metodológicos, os critérios de classificação utilizados e outros dados empregados. Em seguida, os resultados são apresentados e discutidos. Por fim, são feitas as considerações finais e os apontamentos para futuras agendas de pesquisa.

Potências intermediárias e instituições internacionais

Potências intermediárias e sua classificação

As potências intermediárias não são novidade no sistema internacional (SI). Giovanni Botero e Abbé de Mably ainda nos séculos XVI e XVIII já se debruçavam sobre uma divisão tripartite do SI e sobre o comportamento dos intermediários (Wight 2002). O interesse acadêmico nos países médios não foi, entretanto, constante. Holbraad (1984) aponta os anos 1960 como marco das discussões modernas do tema. Desde então, proliferaram tipologias definindo quem são os intermediários e quais suas características. Estudos buscando sintetizar as diferentes formas de se caracterizar uma potência intermediária identificaram entre quatro e seis esquemas teóricos concorrentes sobre quem são esses Estados.²

Keohane (1969) ofereceu uma das definições mais longevas, defendendo quatro níveis de Estados em relação à sua capacidade em afetar o SI: grandes potências (determinam o SI), secundárias (influenciam), intermediárias (afetam) e pequenas (não afetam).

Esforços subsequentes usaram tanto a divisão em quatro níveis (Valencia e Ruvalcaba 2014) quanto em três (Neack 1993). Uma solução intermediária proposta por Holbraad (1984) adiciona às potências grandes, intermediárias e pequenas um subgrupo chamado “potências intermediárias superiores”, no qual ele incluiu Alemanha, China, França, Japão e Reino Unido. Em comum, essas taxonomias tomam como ponto de partida aspectos materiais e relativos à capacidade dos países na hierarquia internacional de poder. Tais autores buscam dessa forma

2 Cooper, Higgott e Nossal (1993) resumem quatro definições para *middle powers*: posicional, geográfica, normativa e comportamental. Secches, Vadell e Ramos (2020), inspirados em sínteses anteriores, propõem seis categorias: funcional, comportamental, sistêmico-estrutural, comportamental-estrutural, inserção regional e crítica.





oferecer uma classificação menos idiossincrática e mais objetiva, calcada em indicadores clássicos como PIB. A opção traz consequências analíticas, visto que, assim, agrupam-se em um mesmo nível mediano de capacidades materiais países muito dessemelhantes em sua conduta externa, como o Canadá e a Índia.

De fato, essa diversidade no estrato intermediário do SI foi posta em realce com a ascensão das chamadas potências emergentes no pós-Guerra Fria (Paes, Cunha e Fonseca 2017; Schoeman 2000; Jordaan 2017; Prys 2010). Após a era bipolar, para Valencia e Ruvalcaba (2014, 9, tradução nossa), “Estados situados na área do capitalismo periférico e semidesenvolvido aumentaram suas capacidades materiais e começaram a desenvolver projeções geopolíticas e geoeconômicas de alcance regional e — de forma incipiente — global”.

O alargamento da classe de atores medianos estimulou esclarecimentos conceituais para melhor diferenciar entre os intermediários. Tipicamente, identificam-se como potências intermediárias tradicionais ou *middle powers* as democracias industrializadas do Norte. O rótulo é aplicado, desde o pós-Segunda Guerra, a países como Austrália, Canadá e aos países nórdicos por acadêmicos e estadistas, visando a assinalar um perfil peculiar. Atributos destacados incluem: inclinação cooperativa vis-à-vis à ordem liberal, o que habitualmente torna os *middle powers* pró-*status quo* — conquanto alguns deles criam introduzir um elemento de moderação ao *great power politics*; especialização diplomática como forma de majorar sua relevância internacional (diplomacia de nicho); e cultivo da institucionalidade e do multilateralismo (Cooper 1997; Henrikson 1997; Hurrell 2000).

Embora alguns autores tentassem aproximar da categoria de *middle powers* os países subdesenvolvidos de maior destaque (e.g. Cooper 1997), a tendência recente tem sido enfatizar a distintividade analítica entre medianos desenvolvidos e emergentes do Sul Global (Jordaan 2017). Assim, as potências emergentes, em alguns casos também classificadas como potências regionais, denotam o grupo nucleado nos BRICS e extensivo a outros Estados semelhantes, partilhando de atributos como uma ascensão econômica tardia, sociedades mais desiguais e menos democráticas, maior insatisfação com a ordem liberal e desejo de reformá-la de maneira a refletir sua crescente influência (Jordaan 2017; Nolte 2010; Prys 2010; Destradi 2010; Valencia e Ruvalcaba 2014).

Em que pesem as diferenças entre medianos novos e antigos, o apreço de ambas as gerações por arenas multilaterais parece oferecer um ponto de comunhão em seu comportamento externo, como exploramos a seguir.





A importância das organizações internacionais na política externa das potências intermediárias

Quais os meios pelos quais os Estados medianos preferem agir no SI? A literatura sugere que organizações multilaterais são um habitat propício para atores desse porte.

Hurrell (2000) defende que as potências intermediárias agem por meio de instituições internacionais, pois elas (1) empoderam os intermediários ao reduzirem a margem de atuação das grandes potências; (2) possibilitam a criação de coalizões para defesa de interesses comuns; e (3) dão oportunidades (*voice opportunities*) para suas demandas serem conhecidas.

Com respeito ao primeiro ponto, enquanto na época bipolar instituições globais achavam-se paralisadas devido à rivalidade entre os blocos capitalista e comunista, o momento unipolar desbloqueou as arenas multilaterais.

Apesar da diferença entre *middle powers* tradicionais e potências emergentes quanto à satisfação com a liderança estadunidense (Jordaan 2017), a posição estrutural de ambas as torna igualmente desejosas de um SI previsível e formalizado. Mais do que uma visão ou projeto particular, potências médias apreciam a ordem (Cox 1996). Como resume Holbraad (1984, 209, tradução nossa):

Sendo mais fracas e mais expostas que grandes potências, elas são menos capazes de sobrepor-se à lei ao lidar com outros Estados e são mais dependentes de um sistema de regras e convenções protetoras dos direitos soberanos dos Estados. Sendo mais ricas e menos dependentes de outros que a maioria dos Estados pequenos, elas têm mais a perder de um estado de anomia internacional e talvez mais a ganhar de um grau de organização internacional.

Organizações permitem a formação de coalizões, que, como sugeriu Keohane (1969), serão tanto mais necessárias para um grupo de Estados quanto maior for a fraqueza destes em impactar o sistema sozinhos. Essa é a situação dos intermediários, que frequentemente privilegiam a ação concertada ao invés da unilateral (Henrikson 1997).

Ademais, as instituições explicam como as normas são difundidas e como o interesse dos Estados muda ao longo do tempo (Hurrell 2000). Em razão da sociedade internacional ter, hoje, objetivos mais ambiciosos, abre-se espaço para a agência dos intermediários. A maior adoção de normas, por sua vez, ocorre porque os intermediários aliam-se às grandes potências — que estão interessadas no cumprimento de normas.





Por fim, OIs concedem oportunidades de voz mais equânimes, abrindo outro canal por meio do qual intermediários aumentam sua influência e seu status para além dos seus recursos modestos. Esse palanque é valioso tanto para *middle powers*, que buscam demonstrar expertise em nichos diplomáticos (Cooper 1997), quanto para potências regionais, que pretendem agir em fóruns globais como porta-vozes de suas regiões (Mesquita e Seabra 2020).

A relevância das instituições para os intermediários justifica, portanto, a investigação da atuação destes nas OIs. Uma das facetas privilegiadas pela literatura sobre organizações diz respeito à sua liderança. Intermediários teriam incentivos a tentar ocupar a presidência de tais entidades pelos ganhos de influência e de status. Encontramos na literatura estudos de caso qualitativos acompanhando os esforços de potências regionais em assegurar seguidores para suas campanhas por liderança de órgãos multilaterais (Schirm 2010; Malamud 2011). Já na tradição quantitativa, Valente, Lopes e Oliveira (2019) analisaram os cargos máximos de 37 OIs entre 1945 e 2016, detectando, como exposto previamente, períodos de concentração e desconcentração. Os autores, entretanto, não fizeram uma discussão acerca dos intermediários.

A contribuição deste trabalho é, portanto, estender a análise ao incluir os países medianos. Afinal, as potências intermediárias aumentaram sua participação nas OIs, sobretudo após o fim da Guerra Fria?

O debate sobre o protagonismo dos intermediários ao final da Guerra Fria

O desfecho do conflito bipolar motivou prognósticos diversos sobre o futuro da liderança global, de forma geral, e sobre o papel dos intermediários, em específico. Alguns autores defendiam que a globalização inaugurava uma era qualitativamente diferente no SI. Quatro novas circunstâncias, em especial, criavam um ambiente habilitador para o protagonismo dos intermediários. Primeiramente, o fim da tensão bipolar relaxava o SI e acomodava maior empreendedorismo. Concomitantemente, sem a ameaça soviética, a política externa dos EUA poderia perder coesão, gerando um vácuo de liderança — o qual outras potências reputadas à época, Alemanha e Japão, teriam demasiada cautela em ocupar. Segundo, a interdependência e a globalização eclipsavam fontes clássicas de poder soberano de modo que a influência de um país já não seria função de seu lugar na hierarquia de *hard power*. Terceiro, a agenda do SI se tornava mais complexa e ambiciosa, tornando indispensável a contribuição e a expertise dos *middle powers*.





Por fim, com a vitória do liberalismo, satélites soviéticos ao Leste e economias autárquicas ao Sul buscavam participar ativamente das organizações liberais tanto para reverter suas credenciais quanto para *lock-in* de reformas domésticas (Cooper 1997; Higgot 1997; Henrikson 1997). A agenda sobre regionalismo de então também sugeria maior autoridade residual para as potências regionais (Fawcett e Hurrell 1995).

Em contraponto, outros acreditavam que a unipolaridade consolidaria a primazia dos EUA e das grandes potências em lugar dos medianos. O conflito entre Leste e Oeste oferecera aos intermediários oportunidades de mediação e protagonismo criativo. Agora já sem oponentes, os EUA poderiam moldar a nova ordem sem muita adversidade, quer pelo enorme *gap* de poder, quer pelo caráter democrático e guiado por normas de sua agenda (David e Roussell 1996/7; Ikenberry 2017).

A chamada “Nova Ordem Mundial” dos anos 1990 chega a um ponto de inflexão, segundo Pape (2005), com os ataques do 11/9. Se, até então, a hegemonia dos EUA era aceita mais benignamente, o unilateralismo da Guerra Terror desperta receio nos Estados mais fracos. Mesmo antes dos atentados, potências do Sul Global manifestavam insatisfações após as instabilidades financeiras do final dos anos 1990 (Mielniczuk 2013). As OIs tornam-se então canais para *soft balancing* contra Washington.

Por fim, a literatura aponta 2008 como outro ponto de inflexão. Com a crise financeira, as potências globais reconhecem a necessidade de incluir atores medianos na governança global, como exemplificado pela ascensão do G20 (Lima 2018, 56; Paes, Cunha e Fonseca 2017; Valente, Lopes e Oliveira 2019).

Em síntese, para parte da literatura, o imediato pós-Guerra Fria deveria ser um momento de menor asserção das grandes potências e maior protagonismo dos medianos nas arenas globais. Para outros, os medianos se destacariam na Guerra Fria, mas, nos anos 1990, se retraíam em favor das potências globais. Nos anos 2000, possivelmente haveria declínio das grandes potências e ainda mais de 2008 em diante. Para verificar se tal padrão materializou-se, nos tornamos à análise de papéis de liderança em OIs.

Dados e metodologia

Este artigo é essencialmente descritivo. Os dados foram analisados com o auxílio do *software* R. Seguindo os padrões de replicabilidade (King 1995) e





transparência, as bases de dados e o *script* estão disponibilizados no GitHub.³ Esta seção divide-se em duas. Na primeira, discutiremos os critérios de seleção das OIs. Na segunda, abordaremos os parâmetros para a classificação das potências.

Selecionando as organizações internacionais

Valente, Lopes e Oliveira (2019) analisaram o período de 1945-2016. Aqui, analisamos 1975-2017. O recorte justifica-se devido à limitação temporal do *Word Power Index*, mas também pelo fato do processo de descolonização já estar em encerramento no momento, de modo que nos anos 1970 já existem como unidades soberanas muitos dos países que consideramos na análise. O intervalo abarca outros momentos de inflexão no SI, como o fim da Guerra Fria, os atentados de 11 de setembro e a crise financeira de 2008. Ao todo, foram coletados 1.375 casos, sendo a maioria retirada do *Biographical Dictionary of Secretaries-General of International Organizations* (IO BIO)⁴; e para os casos omissos e o ano de 2017, consultou-se o website de cada OI. Cada caso corresponde a um país que ocupou o cargo máximo da organização em um dado ano.

Os parâmetros de classificação seguiram Valente, Lopes e Oliveira (2019). Assim como eles fizeram, optou-se por excluir os interinos. Cada caso consiste em um só país-ano e, havendo dupla nacionalidade, escolheu-se o país onde o secretário fez a maior parte da sua carreira. Os autores contaram o primeiro ano de mandato e excluíram o último. Essa mesma estratégia foi adotada em eleições no meio do ano. Nos casos em que os secretários deixaram o cargo em 31 de dezembro, optou-se por contar, também, o último ano.

Os critérios utilizados para a seleção das OIs seguiram Valente, Lopes e Oliveira (2019): (a) cem ou mais países membros; e (b) membresia distribuída entre 3 ou mais grupos regionais da ONU. Dessa forma, as organizações são as mesmas utilizadas pelos autores, totalizando 37 OIs. Algumas OIs mudaram de nome ao longo da série. Para não superestimá-las, contou-se cada entidade apenas uma vez — mesmo com mudança de nome. Por fim, destacamos que a população de OIs aderindo a nossos critérios cresceu ao longo do período estudado: em 1975, havia 27 OIs e, em 2017, 37. O Quadro 1 apresenta as OIs analisadas.

3 Dados e *scripts* para replicação disponíveis em < <https://github.com/felipelirapaiva/PISI> > . Acesso em: 28 mar. 22.

4 Disponível em < ru.nl/politicologie/io-bio/io-bio-biographical-dictionary-sgs-ios/ > . Acesso em: 07 dez. 2021.





Quadro 1 — Organizações Internacionais (sigla em inglês)

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)
Acordo Geral de Tarifas e Comércio / Organização Mundial do Comércio (GATT / WTO)	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP)
União Interparlamentar (IPU)	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (UNWOMEN)
Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA)	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP)
Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO)	Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR)
Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD)	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UNHABITAT)
Organização Internacional do Trabalho (ILO)	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)
Organização Consultiva Marítima Intergovernamental / Organização Marítima Internacional (IMCO / IMO)	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)
Fundo Monetário Internacional (IMF)	Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)
Organização Internacional para as Migrações (IOM)	União Postal Universal (UPU)
Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA)	Banco Mundial (IBRD)
Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA)	Organização Mundial das Alfândegas (WCO)
Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (ITSO)	Programa Alimentar Mundial (WFP)
União Internacional de Telecomunicações (ITU)	Organização Mundial da Saúde (WHO)
Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR)	Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO)
Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPCW)	Organização Meteorológica Mundial (WMO)
Organização das Nações Unidas (UN)	Organização Mundial de Turismo (UNWTO)
Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)	

Fonte: adaptado de Valente, Lopes e Oliveira (2019).





Classificando as potências

A literatura coleciona diversos indicadores para estratificação internacional. Holbraad (1984) utilizou o Produto Nacional Bruto (PNB) e selecionou, em cada continente, quais seriam as potências intermediárias — o que significa que o valor demarcando os intermediários variou de acordo com a região. Neack (1993) utilizou população, gasto militar, PNB, taxa de alfabetização e mortalidade infantil em análises de *cluster*, abrangendo 1945-1979.

Keohane (1969) conectou capacidades materiais e comportamento. Para ele, estão interligadas: a capacidade do país de influenciar — e de ser influenciado — pelo SI e as atitudes e percepções do chefe de Estado. Outros autores também focam no comportamento, como a atuação por meio de instituições (Hurrell 2000) e a diplomacia de nicho (Cooper 1997).

Frente a essa multiplicidade de critérios, como classificar as potências? Ruvalcaba (2019) calculou e disponibilizou o *World Power Index* (WPI), que combina *hard* e *soft power*, sendo composto por 3 índices: um Índice de Capacidades Materiais, um Índice de Capacidades Imateriais e um Índice de Capacidades Semimateriais. O primeiro é composto por: PIB, extensão territorial, defesa, comércio internacional, finanças e pesquisa e desenvolvimento. O segundo: gasto governamental, apelo turístico, ajuda externa, linhas telefônicas, influência acadêmica e cosmopolitismo. O terceiro: população, consumo, energia, educação e saúde.

Os dados cobrem o período de 1975-2017 para 177 países. Os escores variam entre 169 (Serra Leoa, em 1999) e 965 (EUA, em 1997, 1999 e 2000). Para classificar os países entre potências “mundiais”, “intermediárias” e “menores”, adotamos dois limiares: 820 (separando mundiais e intermediárias) e 600 (entre intermediárias e menores). O principal critério para a escolha desses valores foi a aderência à literatura. Ou seja, estes limites permitem que um maior número de países pertença à classificação esperada pela literatura.

A literatura revisada tende a convergir indicando, para cada grupo, alguns casos cuja classificação é incontroversa, por exemplo, a presença do Reino Unido dentre as potências mundiais, ou ainda Canadá e Turquia como intermediárias. Ao escolhermos o limiar de 820, o Reino Unido é classificado como mundial na maior parte do período entre 1975-2017, enquanto o Canadá, como intermediário. No limiar inferior, a Turquia pertence aos intermediários durante quase toda a série. Após sucessivos ajustes nos limiares, buscando maximizar o encaixe para





esses e outros países inconteste, os valores atuais foram escolhidos. Os grupos resultantes constam no Quadro 2.

Quadro 2 — Classificação das potências que lideraram ao menos uma OI entre 1975-2017

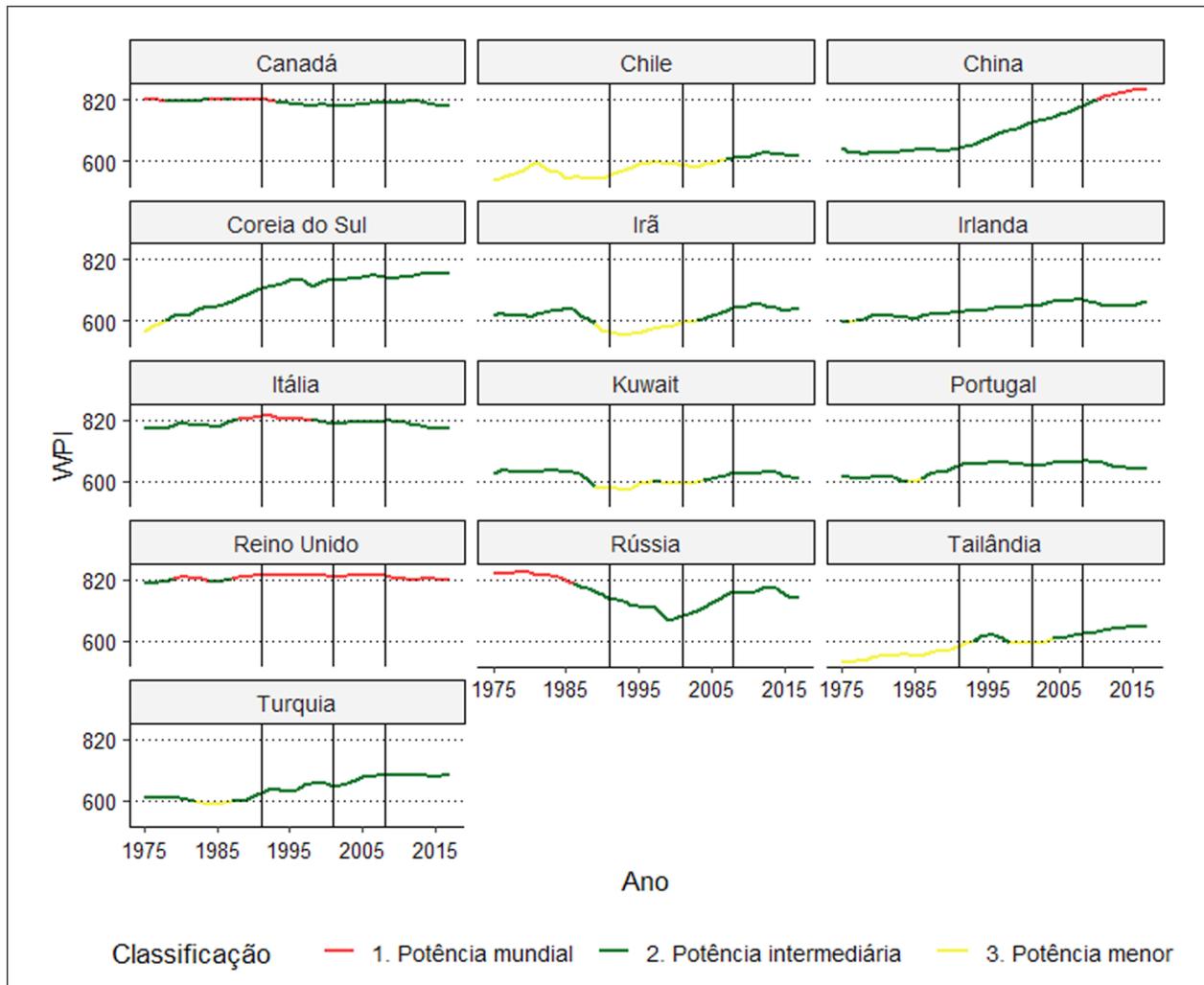
Classificação	País
Potências mundiais	Alemanha, Estados Unidos, França, Japão, Reino Unido*.
Potências intermediárias	África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá*, China*, Coreia do Sul*, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Holanda, Índia, Irã*, Irlanda*, Itália*, Kuwait*, México, Nova Zelândia, Portugal*, Rússia*, Suécia, Suíça, Turquia*.
Potências menores	Argélia, Bulgária, Camarões, Chile*, Egito, El Salvador, Equador, Etiópia, Fiji, Filipinas, Gana, Jordânia, Líbano, Mali, Marrocos, Nigéria, Noruega, Panamá, Paquistão, Peru, Quênia, Senegal, Serra Leoa, Sri Lanka, Sudão, Tailândia*, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda.

Fonte: elaborado pelos autores a partir do WPI. Países com (*) oscilaram entre categorias.

Sendo os limiares fixos, mas os países livres para aumentarem ou diminuïrem seu WPI com o passar dos anos, segue-se que, ao longo da série, alguns migram entre categorias. Esses casos estão reunidos na Figura 1. Em sua maioria, são países que orbitam em torno do limiar ou alteraram sua classificação apenas momentaneamente (Canadá, Itália, Irlanda, Kuwait, Portugal, Reino Unido e Turquia). Apesar de o Chile, o Irã e a Tailândia terem tido alterações consideráveis, os grandes destaques são a China, a Coreia do Sul e a Rússia.

Pequim e Seoul possuem uma trajetória notadamente ascendente: a primeira indo de potência intermediária até mundial (transição em 2010) e a segunda de menor a intermediária (1978), com curva especialmente acentuada, aproximando-se, nos últimos anos, do limiar de 820. A Rússia, por sua vez, descendeu de potência mundial a intermediária em 1986, apenas 5 anos antes da dissolução da URSS. Linhas verticais no gráfico destacam três datas julgadas importantes para a discussão proposta: 1991, 2001 e 2008, por representarem, respectivamente, o fim da Guerra Fria, os atentados de 11 de setembro e a crise financeira de 2008.



Figura 1 — Potências que mudaram de classificação (1975-2017)

A classificação atual tem limitações. Primeiramente, apesar dos ajustes, não se pode escusar completamente os limiares de alguma arbitrariedade ou conveniência (e.g. 820 e não 818). Segundo, ao invés de escolher limiares arbitrários, seria também possível tratar as categorias como fixas de modo que os países não mudassem de classe. Essa abordagem é empregada tanto pelos criadores do WPI (Valencia e Ruvalcaba 2014; Ruvalcaba, Valencia e González 2016) quanto, implicitamente, pela literatura que encara *middlepowermanship* como um atributo identitário (e.g. o Canadá “é um *middle power*”). Por fim, os limiares impactam diretamente no tamanho e na composição de cada grupo e, portanto, na contagem de lideranças de cada segmento. Dessa forma, a resposta à pergunta “as potências intermediárias aumentaram sua liderança nas OIs após o fim da Guerra Fria?” dependerá, fundamentalmente, de quantos e de quais países foram contados como intermediários.



Apesar desses desafios, o esquema atual se justifica pelos seguintes motivos. Primeiramente, embora o uso de categorias fixas acompanhasse parte da literatura e evitasse fronteiras arbitrárias, incorreria em outras distorções, e.g., a Rússia ou a China seriam incorretamente classificadas como intermediárias em todo o tempo apesar de suas drásticas mudanças. Ao buscar aderência entre categorias e literatura, concentrando-se em casos incontestes, nossa abordagem busca o melhor dos dois mundos: maximizar integridade conceitual e refletir as mudanças no SI. Reconhecendo, contudo, que diferentes agrupamentos produzirão respostas diferentes à pergunta de pesquisa, faz-se necessário testar classificações alternativas como forma de averiguar a consistência dos resultados. Assim, o Anexo a este artigo, disponível online, analisa a mesma base de dados, porém com uma classificação fixa derivada de Valencia e Ruvalcaba (2014) e Ruvalcaba, Valencia e González (2016).⁵

Resultados

Esta seção está dividida em três. Primeiro, apresentamos os países (62) que lideraram alguma OI entre 1975-2017. Segundo, descrevemos a trajetória dos grupos de potências em relação ao número de OIs lideradas. Finalmente, tecemos breves comentários acerca dos resultados desse texto e da classificação fixa do Anexo.

Ranking e distribuição das lideranças de OIs entre países

A Tabela 1 apresenta o número de anos em que cada país liderou OIs (1975-2017). Ao todo, 62 países estiveram à frente de 1.375 casos (organização-ano). Dentre as dez primeiras posições, os EUA encabeçam o ranking (221), distantes em 81 OIs-anos da França (140). As oito potências seguintes possuem valores mais próximos entre si: Japão (60), Suécia (58), Egito (45), Brasil (44), Nigéria (34), Austrália e Índia (31), Senegal (30) e Reino Unido (29).

⁵ Anexo disponível em: < <https://github.com/felipelirapaiva/PISI/blob/main/Anexo.pdf> > . Acesso em 28 mar. 22.



**Tabela 1 — Número de organizações-ano que cada país liderou (1975-2017)**

País	N	País	N
Estados Unidos	221	Coréia do Sul, Líbano	19
França	140	Quênia	17
Japão	60	Arábia Saudita, Argentina	16
Suécia	58	Paquistão	14
Egito	45	Bélgica, Fiji, Jordânia	13
Brasil	44	Finlândia, Turquia	12
Nigéria	34	África do Sul, Áustria, Nova Zelândia, Sudão, Tailândia	11
Austrália, Índia	31	México, Peru, Sri Lanka, Tanzânia	10
Senegal	30	Bulgária, Grécia, Holanda, Kuwait, Mali, Marrocos, Noruega, Rússia, Serra Leoa, Tunísia	8
Reino Unido	29	Irlanda	7
Canadá, Suíça	28	Camarões	4
Gana	27	Equador, Irã	3
Argélia, Chile, Dinamarca, Itália	25	El Salvador	2
Alemanha, Espanha	23	Etiópia, Panamá, Togo, Uganda	1
China	21		
Filipinas, Portugal	20		

Fonte: elaborado pelos autores a partir do IO BIO Project (2021).

Os dados da Tabela 1 são categorizados na Figura 2, que apresenta o quinhão de organizações-ano que cada classificação — e cada país — liderou. A área total da figura corresponde à totalidade de organizações-ano. Dentre os 11 países nas 10 primeiras posições, 4 deles são potências mundiais: EUA (1º), França (2º), Japão (3º) e Reino Unido (10º). Os intermediários são representados por: Suécia (4º), Brasil (6º), Austrália (8º) e Índia (8º). As menores, por Egito (5º), Nigéria (7º) e Senegal (9º).





0, 1 ou mais OIs. Desses casos, em apenas 909 (34,1%) um país liderou, pelo menos, uma OI.⁷ Dos 909, em 674 um país liderou apenas uma OI por ano (74,1%) e nos demais casos houve concentração, isto é, um país capitaneando 2 ou mais OIs num ano. Esses valores, porém, variam bastante entre os grupos, como observado na Tabela 2.

Tabela 2 — Concentração relativa de lideranças por grupo

	Quantidade de OIs lideradas por um país num ano (%) ⁸				Total de anos em que os países do grupo lideraram 1 ou mais OIs
	1 OI	2 OIs	3 OIs	4 + OIs	
Mundiais	27,4	25,6	9,5	37,5	168
Intermediários	79,6	17,7	2,7	0	412
Menores	91,2	7,3	1,5	0	329

Fonte: elaborado pelos autores.

Os EUA foram o país que liderou mais OIs simultaneamente: entre 1992-1998, eles alcançaram valores de 7, 8 e 9 OIs-ano. Além dos EUA, a França foi o único país a liderar 5 e 6 OIs concomitantemente (2005-2012). Esse desempenho se reflete na performance das potências mundiais, para as quais a liderança de 4 ou mais OIs é relativamente comum (37,5%), mas é inatingível para os demais grupos. Além desses dois países, apenas a China liderou 4 OIs num mesmo ano (2015-2016), somente após se tornar uma potência mundial de acordo com o WPI. Coincidentemente, 4 OIs-ano é o menor valor alcançado pelos EUA em toda a série (1975-1983, 2005-2016), o que demonstra quão extensa foi a sua liderança.

Quando comparamos os demais dados, as discrepâncias tornam-se ainda mais evidentes. Há tendência de maior concentração conforme o nível de poder aumenta: em 91,2% dos anos, as potências menores lideraram apenas uma OI. À medida em que subimos na hierarquia, vemos os intermediários liderando apenas uma OI por ano em 79,6%, enquanto as potências mundiais lideraram

7 Não deve surpreender que, em 65,9%, dos casos tenhamos países liderando nenhuma OI. Afinal, o total de OIs disponíveis é, em todo o tempo, menor que o de países candidatos, o que implica que sempre haverá algum quantitativo de países excluídos da liderança todo ano.

8 O cálculo da porcentagem de OIs lideradas num ano foi feito a partir do valor alcançado e não pelo máximo possível. Na tabela 2, equivalem à proporção considerando o total de cada linha (i.e. dos 168 casos em que as potências mundiais lideraram ao menos uma OI, em 37,5% elas lideraram 4 ou mais OIs).



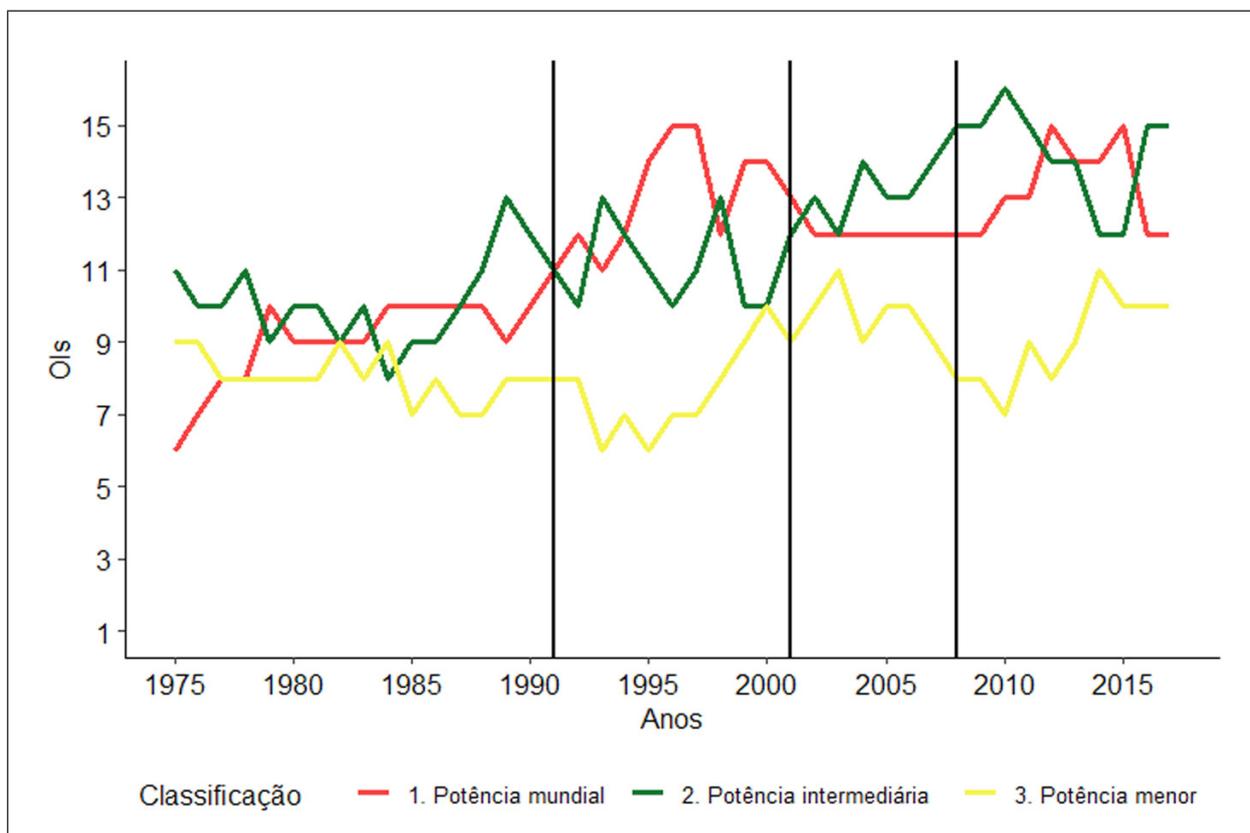


uma OI em apenas 27,4% dos seus casos. Isso mostra que enquanto é raro uma potência menor ou intermediária liderar 3 ou mais OIs (1,5% e 2,7%, respectivamente), as mundiais o fizeram em quase metade dos casos (47%).

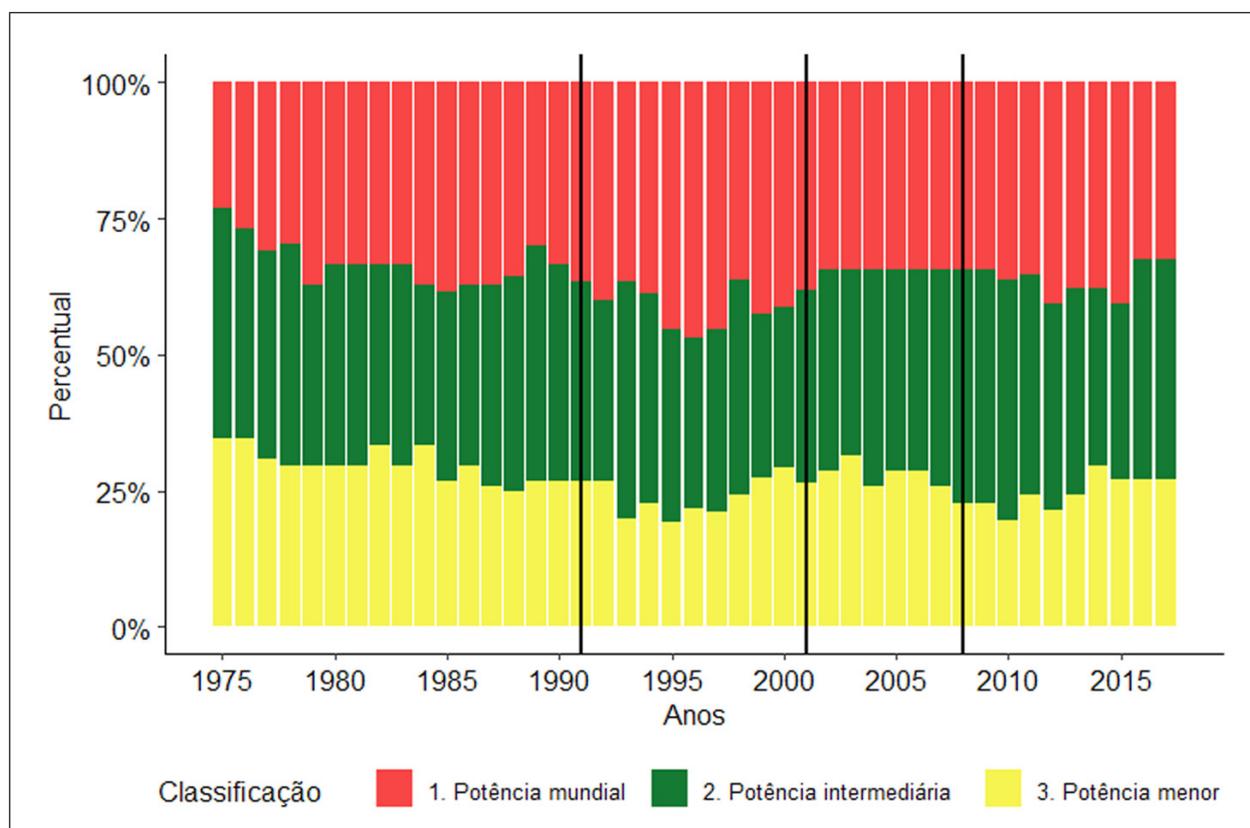
Liderança das potências nas OIs ao longo do tempo

Esta subseção foca na questão central deste artigo: afinal, as potências intermediárias aumentaram sua presença nas OIs após o fim da Guerra Fria? As Figuras 3 e 4 apresentam o número de organizações que cada grupo liderou entre 1975-2017. As figuras destacam novamente os anos do fim da Guerra Fria (1991), dos ataques de 11 de setembro (2001) e da crise financeira (2008).

Figura 3 — Número de OIs por classificação (1975-2017)



Fonte: elaborado pelos autores.

**Figura 4 — Porcentagem de OIs lideradas por grupos de potências (1975-2017)**

Fonte: elaborado pelos autores.

Nas Figuras 3 e 4, fica evidente a alternância entre as potências mundiais e intermediárias como grupo com mais OIs lideradas. Na primeira década da série (1975-1984), não houve grande distância entre os grupos, mas, como saldo final, os intermediários estiveram à frente de mais OIs em 8 dos 10 anos. A partir de 1985, nota-se um aumento paulatino dos intermediários, cujo ápice é em 1989 (13 OIs-ano), seguido por uma série de vales e picos até o ano de 1999. Nesse mesmo período, as potências mundiais aumentaram seu número de OIs-ano, atingindo 15 OIs em 1997.

A partir do novo milênio, a ascensão dos intermediários acentua-se, enquanto as potências mundiais mantêm uma estabilidade em 12 OIs-ano entre 2002-2009. A tendência dos anos recentes mostrou um crescimento das mundiais e um decréscimo dos intermediários, mas, entre 2016 e 2017, esse movimento parece inverter-se. Ao longo de toda a série, as potências menores nunca detiveram o maior destaque, alcançando a segunda posição apenas em 1984. Analisaremos cada categoria detidamente, começando pelas menores.

As potências menores tiveram estabilidade entre 1975-1992, oscilando entre 7 e 9 OIs por ano. Entre 1993-1995, o grupo liderou entre 6 e 7 OIs, os valores





mais baixos para toda a série. A partir de meados de 1990, no entanto, há um crescimento notável, que leva o grupo a 11 OIs (2003) — quase o dobro de 8 anos antes (1995). A partir de 2006, o grupo entra em outro vale, que dura até 2010 (7 OIs), mas a superação deste ocorre rapidamente e, já em 2014, as potências menores alcançam novamente 11 OIs-ano e mantêm 10 entre 2015-2017.

Os números alcançados pelo grupo parecem resultar mais da quantidade de países do que de algum destaque individual. O país com mais lideranças simultâneas é o Quênia (2013-2017), mas estas somam apenas 3. Apesar do Egito e da Nigéria serem as potências menores com mais OIs lideradas (Figura 2), eles nunca estiveram à frente de mais de duas OIs ao mesmo tempo. A Argélia, as Filipinas e a Jordânia são os únicos outros países da categoria que já lideraram mais de 2 OIs em um ano.

O caso queniano merece atenção: o país esteve à frente de 17 OIs-anos, o que o coloca como a 8^a potência menor que mais liderou OIs. Deve-se considerar, no entanto, que a primeira eleição de um secretário-geral queniano ocorreu em 2011 (IRENA) e, apenas dois anos depois, o país emplacou outros dois (UPU e UNCTAD). Ou seja, em apenas 6 anos, o Quênia não só fez sua estreia na liderança de OIs, como alcançou o teto de OIs-ano do grupo.

As potências mundiais, no início da série, aumentam seu número de OIs-ano de 6 (1975) para 10 (1979). Essa escalada possui dois motivos: primeiro, a França liderava 2 OIs (1975) e passou a 4 (1979) e, segundo, 2 OIs foram acrescentadas à soma, pois a classificação de potência do Reino Unido foi alterada — WPI indo de 815 (1975) para 823 (1979). Entre 1979-1990, há estabilidade: as mundiais lideraram entre 9 e 10 OIs-ano. Dentro do grupo, não houve grandes modificações: na maior parte do tempo, EUA e França lideraram 4 OIs e, em 1984, Washington alcançou 6 OIs. Percebe-se que o momento de maior destaque das potências mundiais ocorre na década imediatamente após o fim da Guerra Fria.

A partir de 1991, as mundiais não lideraram menos que 11 OIs em um ano. Na década de 1990, o pico da concentração está em 1995 e 1996, momento em que os EUA, sozinhos, lideraram 9 OIs — 3, inclusive, antes comandadas pelos intermediários. Com o novo milênio, entretanto, o crescimento foi interrompido e as mundiais encabeçaram 12 OIs entre 2002-2009. Tal estabilidade, porém, não capta uma dinâmica interna: enquanto os EUA diminuíram o número de OIs (5 em 1999 e 4 a partir de 2005), a França foi de 2 OIs (2003) para 6 (2007).

Imediatamente após a crise de 2008, no entanto, observa-se aumento de OIs lideradas pelas mundiais e, a partir de 2015, vê-se um declínio de 15 para 12





OIs-ano. Embora a guinada pós-crise de 2008 contrarie as expectativas da literatura, é necessário fazer uma ressalva. Nota-se que há mais diversidade no grupo: desde 2005, os EUA não lideraram mais que 4 OIs. O aumento das potências mundiais encontra explicação em outros países que ou conquistaram mais presidências ou voltaram a liderar OIs: Alemanha, Japão e Reino Unido. O fator principal, porém, parece ser a ascensão da China à potência mundial: no ano de transição (2010), o país liderava apenas uma OI e, no biênio 2015-2016, passou a liderar 4, igualando com os EUA o número de OIs chefiadas simultaneamente.

Os intermediários, por sua vez, foram o grupo que começou a série com mais lideranças (11 em 1975) e, em dez anos, tornou-se o com menos lideranças (8 em 1984). Há, porém, um aumento vertiginoso em meados de 1980, culminando em 13 OIs (1989). As duas principais razões são novos países liderando e o aumento da liderança simultânea. Se em 1984, 4 países lideravam 1 OI cada (Índia, Itália, Suécia, Suíça) e 2 países lideravam 2 OIs cada (Austrália e Dinamarca), em 1989, há 5 países liderando uma OI (Áustria, Bélgica, Brasil, Espanha e Finlândia) e outros 4 liderando 2 OIs (Austrália, Índia, Suécia e Suíça).

Entre 1990-2000, não há tendência clara para a trajetória dos intermediários: houve 3 momentos de vales em 10 OIs (1992, 1996 e 1999-2000) intercalados com 2 picos de 13 OIs (1993 e 1998). Nesse período, o maior destaque é o Brasil, com 3 lideranças simultâneas (1997-2002): UNCTAD, ICAO, OPCW (até 2001) e OHCHR (a partir de 2001). Além do Brasil, as únicas potências intermediárias a liderarem 3 OIs simultaneamente foram a Dinamarca (1980-1983) e a Coreia do Sul (2016).

A partir de 2001, há uma escalada dos intermediários, que culminará, em 2010, em 16 OIs lideradas — valor não alcançado pelos dois outros grupos. Nessa década, diferentes países assumem uma OI pela primeira vez ou após um longo intervalo. Dentre os estreantes, encontram-se: Coreia do Sul (2003), Grécia (2004), Tailândia (2004), Portugal (2005), Turquia (2005), Chile (2007), China (2007, ainda como intermediária), África do Sul (2008), Rússia (2010). Dentre os de retorno, estão: Arábia Saudita (2001, após 18 anos ausente), Holanda (2001, após 24 anos) e Austrália (2008, após 15 anos).

Os últimos sete anos da série sugerem uma retração dos intermediários (2011-2015) seguida de uma recuperação (2016 e 2017). É preciso, no entanto, fazer uma ponderação. Em 2017, o Reino Unido assumiu a liderança de duas novas OIs e seu WPI estava em 817. Ou seja, contam-se essas lideranças nos intermediários, o que gera uma discrepância que, se corrigida, daria aos intermediários 13 OIs e às mundiais, 14 OIs — alterando as posições na Figura 3.

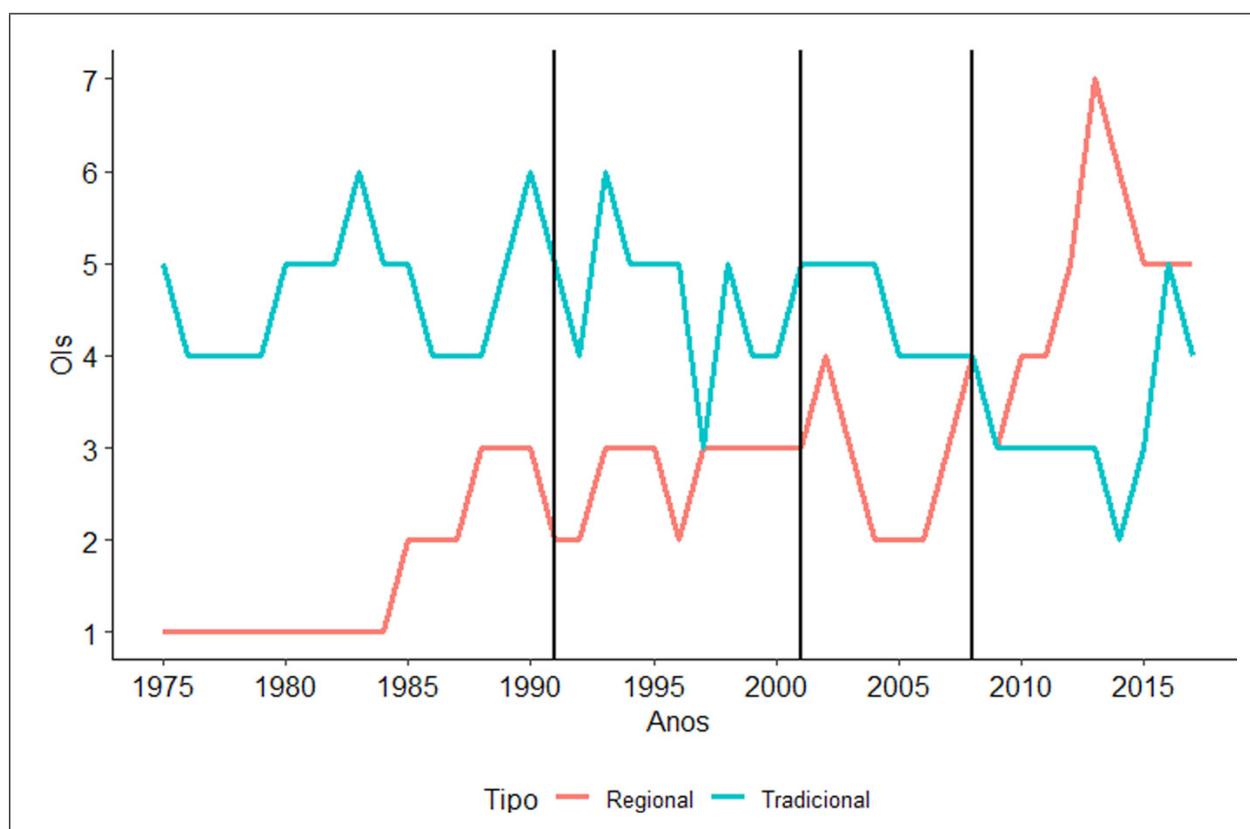




Além dessa contribuição do Reino Unido, dois países voltaram a liderar OIs após mais de uma década: Finlândia (2016, após 18 anos) e Noruega (2016, após 14 anos). Dentre os países que passaram muito tempo sem liderar OIs, há *middle powers* tradicionais como Austrália, Holanda e Noruega — além da Bélgica e da Dinamarca, que estão sem liderar OIs desde 1998 e 1987, respectivamente. Apesar disso, o intermediário que mais liderou OIs foi um *middle power* tradicional: a Suécia, que, além de ser o quarto colocado dentre todos os países (58 OIs-ano) é, também, o intermediário que esteve mais anos à frente de OIs: a Suécia só não esteve com um secretário-geral em 1997 e no quadriênio 2014-2017.

Pode-se observar essa dinâmica interna dos intermediários repartindo-os de acordo com o que a literatura chama de tradicionais e regionais. Seguindo a literatura citada na revisão teórica, no primeiro grupo, consideramos Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia. No segundo, consideramos os BRICS, o México e a Turquia. O critério do WPI foi mantido, ou seja, as OIs lideradas pela China não são consideradas após 2010 — quando ela transiciona para potência mundial.

Figura 5 — Liderança de intermediários tradicionais e regionais (1975-2017)



Fonte: elaborado pelos autores.





Ao observar os resultados dessa maneira, percebe-se dois fenômenos. Primeiro, a aparente estabilidade na porcentagem de OIs lideradas por intermediários (Figura 4) ou o ligeiro aumento em seu total (Figura 3) esconde uma mudança interna à categoria. Segundo, o marco da ascensão dos regionais pode ser associado à crise financeira de 2008. Apesar da subida do grupo ter começado já em 2006, é apenas em 2010 que os regionais ultrapassam os *middle powers* tradicionais, chegando, dois anos depois, à inédita marca de 5 OIs-ano — mesmo com um país a menos contabilizado (China) — e mantêm-se entre 5 e 7 OIs entre 2013-2017. Em contrapartida, os tradicionais desceram em número de OIs lideradas — com a subida recente correspondendo, em grande medida, à Coreia do Sul, que liderou entre 2 e 3 OIs nos últimos três anos.

Categorização alternativa

Para verificar a estabilidade dessas tendências, as análises foram repetidas empregando uma categorização fixa dos grupos. Procedimento e resultados são exibidos no Anexo online. Destacamos como principais achados: primeiro, enquanto na classificação móvel, de todas as OIs-ano disponíveis, as potências mundiais lideraram 36,1%, as intermediárias 37,2% e as menores 26,7%, na classificação fixa, esses valores são 38,2%, 34,1% e 27,6%, respectivamente, de modo que os intermediários não representam mais, nesse último esquema, o grupo predominante. Segundo, a concentração relativa de lideranças simultâneas das potências mundiais é maior na classificação fixa, mas, para os demais estratos, não apresenta grandes mudanças.

Terceiro, a série histórica do número de OIs presididas por cada grupo é semelhante para o período imediatamente anterior a 1991 (ascensão dos intermediários) e década de 1990 (crescimento das mundiais), porém destoante no que concerne aos anos 2000 (a arrancada dos intermediários é mais pronunciada na classificação móvel) e 2010 (as potências mundiais estão subestimadas na classificação fixa desse período, afinal, a classificação móvel conta com a presença da China no grupo a partir de 2010). De modo geral, contabilizam-se no esquema fixo mais anos em que o grupo dos intermediários esteve abaixo das potências mundiais, além de uma instância de ultrapassagem pelas potências menores entre 2004-2012 que não se observa aqui. Quarto, a dinâmica interna à categoria dos intermediários demonstra semelhanças. Os resultados encontrados na divisão entre tradicionais e regionais sob classificação móvel vão ao encontro





dos padrões evidenciados nas subdivisões “médias” e “regionais” utilizadas no Anexo. Nota-se que houve um incremento no número de OIs lideradas pelos regionais — acompanhado de diminuição dos tradicionais ou, no Anexo, de estabilidade dos médios.

Esse contraste demonstra que alguns dos resultados são contingentes à forma de agrupamento, enquanto outros não. Ainda que ambas as classificações não deixem dúvidas sobre o período imediatamente posterior ao fim da Guerra Fria — marcado, como assinalamos, por um avanço das potências mundiais —, há uma dissonância sobre quando a ascensão dos intermediários começa. Na classificação móvel, principia em 2000 — com uma descida a partir de 2010, causada pela saída da China do grupo —, enquanto, na fixa, esse movimento dos intermediários poderia ser datado a partir de 2009. De qualquer forma, fica evidente que os anos recentes foram marcados por maior protagonismo dos intermediários, pois estes lideraram mais OIs do que em qualquer outro momento — seja pela classificação fixa ou móvel.

Conclusão

Propusemo-nos a responder se as potências intermediárias aumentaram a sua liderança nas OIs após o fim da Guerra Fria. A partir dos dados do IO BIO e da classificação do WPI, afirmamos que as últimas décadas da bipolaridade deram primazia aos intermediários, mas o imediato pós-Guerra Fria promoveu acelerada ascensão das potências mundiais — puxadas, sobretudo, pelos EUA, Alemanha, Japão e Reino Unido. Parece-nos, então, uma reafirmação da ordem unipolar inaugurada, consoante à David e Roussell (1996/7) e Ikenberry (2017). Entre 2001 e 2008, há estabilidade dentre as potências globais e ascensão das intermediárias. Após a crise financeira de 2008, as potências globais oscilam por movimentos internos ao grupo: como a França (de 6 OIs-ano em 2008 para 1 em 2016) e a China (entrando no grupo em 2010 e chegando a liderar 4 OIs em um ano entre 2015 e 2016).

O grupo das potências regionais é uma das vedetes do crescimento dos intermediários nas últimas décadas. Boa parte disso deve-se aos BRICS. Quando observamos a distribuição de OIs-ano da classe, vemos o período posterior à crise financeira de 2008 como o de maior crescimento, o que confirma a noção de que este foi um ponto de inflexão importante. A proximidade da performance dos regionais (muitos do Sul Global) e as médias (muitas do Norte) vai ao





encontro da literatura sobre a maior diversidade na camada mediana da política internacional hoje (Cooper 2013).

Esses achados contribuem para a literatura empírica acerca das potências intermediárias e dialogam diretamente com Valente, Lopes e Oliveira (2019). A ascensão das potências mundiais visualizada na década de 1990 está de acordo com o que Valente, Lopes e Oliveira (2019) encontram no que chamam de segundo período de concentração, que finda em 1997. Convém destacar o terceiro período de concentração (2009-2016), que é posterior à crise de 2008, pois os autores enfatizam a participação da China e da Coreia do Sul (dentro os cinco países com mais OIs-ano) e que, aqui, se sobressaíram como maiores aglutinadores de seus respectivos grupos.

Devemos considerar, por fim, algumas limitações deste trabalho. Primeiro, o intervalo temporal não pôde ser mais longo. Essa omissão nos priva de um referencial mais amplo do comportamento dos grupos ao longo da era bipolar. Segundo, não levamos em conta as organizações regionais, que são instituições caras, sobretudo, aos intermediários não clássicos. Terceiro, a nossa análise é contingente na classificação do WPI, o que gera casos curiosos, como o Reino Unido sendo classificado, por vezes, como potência intermediária. Por fim, sabe-se que grupos regionais no interior das OIs variam no grau de organização e formalidade em eleições para postos de liderança: uns convencionando rodízios e listas sucessórias, outros não (Dreher *et al.* 2014). Isso pode ser uma fonte não controlada de heterogeneidade afetando a concentração/dispersão da chefia de OIs. Pesquisas futuras podem se beneficiar da disponibilização de dados deste artigo e, assim, avançar com novas classificações, outro grupo de instituições e maior recorte temporal.

Referências

- Cooper, Andrew; Higgott, Richard; Nossal, Kim. 1993. Relocating middle powers: Australia and Canada in a changing world order. Vancouver: UBC Press.
- Cooper, Andrew. 1997. Niche Diplomacy: A Conceptual Overview. In: Cooper, Andrew (Ed.). Niche Diplomacy: Middle Powers After the Cold War. London: Palgrave Macmillan, p.1-24.
- Cooper, Andrew. 2013. Squeezed or revitalised? Middle powers, the G20 and the evolution of global governance. *Third World Quarterly* 34, no. 6: 963-984. DOI: doi.org/10.1080/01436597.2013.802508





- Cox, Robert. 1996. Middlepowermanship, Japan, and future world order. In: Cox, Robert; Sinclair, Timothy. (Ed.). *Approaches to World Order*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, p. 241-243.
- David, Charles-Philippe; Roussell, Stéphane. 1996/7. Une espèce em voie de disparition? La politique de puissance moyenne du Canada après la guerra froide. *International Journal* 52, no. 1:39-68. DOI: doi.org/10.1177/002070209705200103
- Destradi, Sandra. 2010. Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership. *Review of International Studies* 36, no. 4: 903-930. DOI: 10.1017/S0260210510001361
- Dreher, Axel; Gould, Matthew; Rablen, Matthew; Vreeland, James. 2014. The determinants of election to the United Nations Security Council. *Public Choice* 158: 51-83. DOI 10.1007/s11127-013-0096-4
- Fawcett, Louise; Hurrell, Andrew. (Eds.). 1995. *Regionalism in world politics: regional organization and international order*. New York: Oxford University Press.
- Henrikson, Alan. 1997. Middle Powers as Managers: International Mediation within, across, and outside Institutions. In: Cooper, Andrew. (Ed.). *Niche Diplomacy: Middle Powers after the Cold War*. London: Palgrave Macmillan, p. 46-71.
- Higgot, Richard. 1997. Issues, Institutions and Middle-Power Diplomacy: Action and Agendas in the Post-Cold War Era. In: Cooper, Andrew. (Ed.). *Niche Diplomacy: Middle Powers after the Cold War*. London: Palgrave Macmillan, p. 25-45.
- Holbraad, Carsten. 1984. *Middle powers in international politics*. London: Springer.
- Hurrell, Andrew. 2000. Some reflections on the role of intermediate powers in international institutions. *Paths to Power: Foreign Policy Strategies of Intermediate States* 244: 1-11.
- Ikenberry, John G. 2017. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton: Princeton University Press.
- Jordaan, Eduard. 2017. The emerging middle power concept: Time to say goodbye? *South African Journal of International Affairs* 24, no. 3: 395-412. DOI: doi.org/10.1080/10220461.2017.1394218
- King, Gary. 1995. Replication, replication. *PS: Political Science and Politics* 28, no. 3: 444-452. DOI: doi: 10.2307/420301
- Keohane, Robert. 1969. Lilliputians' dilemmas: small states in international politics. *International Organization* 23, no. 2: 291-310. DOI: doi.org/10.1017/S002081830003160X
- Lima, R. M. S. 2018. *Liderança Regional em Perspectiva Comparada: Brasil e Turquia*. Tese (Doutorado em Ciência Política) — UFPE, Pernambuco.
- Malamud, Andrés. 2011. A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. *Latin American Politics and Society* 53, no. 3: 1-24. DOI: doi.org/10.1111/j.1548-2456.2011.00123.x.





- Mesquita, Rafael; Seabra, Pedro. 2020. Go Global or Go Home: Comparing the Regional vs. Global Engagement of Brazil and South Africa at the UN General Assembly, *Politikon* 47, no. 3: 361-384. DOI: doi.org/10.1080/02589346.2020.1796185.
- Mielniczuk, Fabiano. 2013. Brics in the Contemporary World: changing identities, converging interests. *Third World Quarterly* 34, no. 6: 1075–1090. DOI: doi.org/10.1080/01436597.2013.802506
- Neack, Laura. 1993. Delineating state groups through cluster analysis. *The Social Science Journal* 30, no. 4: 347-371. DOI: doi.org/10.1016/0362-3319(93)90014-M
- Nolte, Detlef. 2010. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies* 36, no. 4: 881-901. DOI: doi.org/10.1017/S026021051000135X
- Paes, Lucas; Cunha, André; Fonseca, Pedro. 2017. Narratives of Change and Theorisations on Continuity: the Duality of the Concept of Emerging Power in International Relations. *Contexto Internacional* 39, no. 1: 75-95. DOI: doi.org/10.1590/S0102-8529.2017390100004
- Pape, Robert. 2005. Soft Balancing against the United States. *International Security* 30, no. 1: 7-45. DOI: doi.org/10.1162/0162288054894607
- Prys, Miriam. 2010. Hegemony, domination, detachment: Differences in regional powerhood. *International Studies Review* 12, no. 4: 479-504. DOI: doi.org/10.1111/j.1468-2486.2010.00957.x
- Ruvalcaba, Daniel. 2019. Database WPI. Disponível em worldpowerindex.com/data-wpi/. Acesso em 10 de abril de 2021.
- Ruvalcaba, Daniel; Valencia, Alberto; González, Tania. 2016. Las potencias subregionales en el sistema internacional de posguerra fría: ¿nuevos actores en la política internacional?. *Geopolítica (s)* vol. 7, n. 1, p. 77. DOI: dx.doi.org/10.5209/rev_GEOP.2016.v7.n1.50877
- Schirm, Stefan. 2010. Leaders in need of followers: Emerging powers in global governance. *European Journal of International Relations* 16, no. 2: 197-221. DOI: doi.org/10.1177/1354066109342922
- Schoeman, Maxi. 2000. South Africa as an emerging middle power. *African Security Review* 9, no. 3: 47-58. DOI: doi.org/10.1080/10246029.2000.9628050
- Secches, Daniela; Vadell, Javier; Ramos, Leonardo. 2020. Potências médias e potências emergentes na economia política internacional: uma aproximação teórico-conceitual. *Sociedade e Cultura* 23: e59666. DOI: doi.org/10.5216/sec.v23i.59666
- Wight, Martin. 2002. *A política do poder*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- Valencia, Alberto; Ruvalcaba, Daniel. 2014. Potencias medias y potencias regionales en el sistema político internacional de Guerra Fría y pos-Guerra Fría: propuesta de dos modelos teóricos. *InterNaciones* 1: 7-39. DOI: doi.org/10.32870/in.v0i1.2712





Valente, Mario; Lopes, Dawisson Belém; Oliveira, João Paulo. 2019. Does the appointment of secretaries-general to lead global bureaucracies correlate with international power sharing? A longitudinal assessment based on empirical evidence from 1945 to 2016. *Revista Brasileira de Política Internacional* 62, no. 1: e013. DOI: doi.org/10.1590/0034-7329201900113

